



Número: **0853916-39.2022.8.19.0001**

Classe: **FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Órgão julgador: **1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital**

Última distribuição : **20/10/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.012.225.883,77**

Assuntos: **Autofalência**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
BRASIL SUPPLY S A (REQUERENTE)	VINICIUS ALVES DE FIGUEIREDO PESSOA (ADVOGADO) IGOR FARIAS CRUZ LIMA (ADVOGADO) JULIO MATUCH DE CARVALHO (ADVOGADO)
BSCO NAVEGACAO S A (REQUERENTE)	IGOR FARIAS CRUZ LIMA (ADVOGADO) JULIO MATUCH DE CARVALHO (ADVOGADO) VINICIUS ALVES DE FIGUEIREDO PESSOA (ADVOGADO)
BS FLUIDOS LTDA (REQUERENTE)	IGOR FARIAS CRUZ LIMA (ADVOGADO) VINICIUS ALVES DE FIGUEIREDO PESSOA (ADVOGADO) JULIO MATUCH DE CARVALHO (ADVOGADO)
BS LOGISTICA LTDA (REQUERENTE)	IGOR FARIAS CRUZ LIMA (ADVOGADO) JULIO MATUCH DE CARVALHO (ADVOGADO) VINICIUS ALVES DE FIGUEIREDO PESSOA (ADVOGADO)
BRASIL SUPPLY S A (INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
34127682	25/10/2022 14:25	Sentença	Sentença

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Comarca da Capital

1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital

Palácio da Justiça, Avenida Erasmo Braga 115, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20020-903

SENTENÇA

Processo: 0853916-39.2022.8.19.0001

Classe: FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (108)

REQUERENTE: BRASIL SUPPLY S A, BSCO NAVEGACAO S A, BS FLUIDOS LTDA, BS LOGISTICA LTDA

INTERESSADO: BRASIL SUPPLY S A

BRASIL SUPPLY S/A, BSCO NAVEGAÇÃO S/A, BS FLUIDOS LTDA. e BS LOGISTICA LTDA. requerem autofalência com base no art. 197 da Lei 11.101/05, alegando, em resumo, que o Grupo Brasil Supply encontra-se em grave crise econômico-financeira e não tem mais possibilidade de dar seguimento às suas atividades empresariais. Afirmam que a despeito de todas as medidas adotadas para se tentar evitar a crise que abalou o Grupo Brasil Supply, os esforços dispensados não foram suficientes. Aduzem que o Grupo Brasil Supply surgiu em meio ao renascimento da indústria naval brasileira alavancada pela descoberta do pré-sal, e o seu maior impulso se deu a partir de 2011, após vencer o processo licitatório da Petrobras para encomenda de 17 embarcações de apoio para a exploração do pré-sal, que empregavam tecnologia de ponta. Asseveram que para atender às exigências da licitação, o Grupo Brasil Supply contratou a empreitada com dois estaleiros nacionais – EISA e Arpoador, a fim de viabilizar o projeto de construção das embarcações, e adicionalmente aos R\$ 300 milhões aportados por seus acionistas, o Grupo Brasil Supply obteve aprovação para contratar, em 2009, empréstimos no valor de até R\$ 830 milhões junto ao Fundo de Marinha Mercante (FMM), por meio de agentes financeiros como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia. Argumentam que o ritmo de crescimento do Grupo Brasil Supply – e da indústria de óleo e gás como um todo – foi interrompido por dois acontecimentos: (i) a queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional, decorrente da crise de abundância de petróleo, que começou a cair em meados de 2014, e atingiu o preço de USD 26,21 em 11 de fevereiro de 2016; e (ii) a Operação Lava-Jato, que fez o Grupo sofrer as consequências da insegurança política e econômica na cadeia produtiva de óleo e gás nacional. Dizem que o Grupo Brasil Supply sofreu forte restrição de acesso ao crédito, e o EISA, estaleiro escolhido com a anuência



da Petrobras e dos agentes financeiros para a construção de quatro PSVs do Grupo, ajuizou recuperação judicial em 2015 e, em seguida, interrompeu permanentemente suas atividades. Sustentam que a interrupção impactou na entrega de embarcações nos termos acordados com a Petrobras, gerando uma cadeia de graves consequências para as operações do Grupo Brasil Supply. Alegam que as receitas do Grupo Brasil Supply tornaram-se menores do que deveriam ser em razão do não recebimento dos valores de afretamento das embarcações que não começaram a operar no prazo previsto no cronograma original; das rescisões contratuais; e da dedução das multas aplicadas pela Petrobras do total a ser pago. Afirmam que a deterioração do resultado operacional levou à falta de caixa para capital de giro e à necessidade de obtenção de financiamentos onerosos com instituições financeiras privadas, além do corte de despesas, redução dos investimentos na construção das embarcações não concluídas, e suspensão de novos projetos. Aduzem que em 17 de fevereiro de 2017, após uma melhora das perspectivas econômicas, e com o intuito de retomar suas operações, o Grupo Brasil Supply buscou a proteção conferida pela recuperação judicial para reestruturar suas dívidas e tornar-se viável novamente. Asseveram que o Grupo Brasil Supply teve, então, seu plano de recuperação judicial aprovado em assembleia geral de credores realizada no dia 22 de fevereiro de 2018, cuja homologação ocorreu em decisão publicada no DJe em 17 de setembro de 2018 e transcorrido o período de fiscalização de 2 (dois) anos a que alude o artigo 61 da LRJF, em 12 de novembro de 2020 foi proferida a sentença de encerramento da recuperação judicial, na qual foi reconhecido o cumprimento integral dos Planos e regularidade em sua atuação. Argumentam que, apesar do cumprimento até aqui dos Planos, e por mais que as próximas obrigações contraídas por força da homologação dos Planos só se vencerão em um futuro distante, o atual cenário econômico-financeiro do Grupo Brasil Supply tornou-se insustentável, pois ao longo de todo o processo de recuperação judicial o Grupo Brasil Supply teve de se submeter a sucessivas crises político-econômicas para tentar continuar exercendo seu objeto social com o propósito de superar, em caráter definitivo, a sua frágil situação econômico-financeira, e dentre elas conflitos com a Petrobras; conflitos com o Banco do Brasil; conflitos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES: na qualidade de proprietário fiduciário das embarcações do tipo UT4000, de casos identificados por “SVUT-01”, “SVUT-02”, “SVUT-03”, “SVUT-04”, “SVUT-05” e “SVUT-06” e uma embarcação do tipo P2, de casco identificado por “TBN-04”; a recuperação judicial do EISA; crise institucional da Petrobras e a queda dos preços do barril de petróleo; crise política; nova queda dos preços do barril de petróleo; efeitos da pandemia do Covid-19; e recessão. Requereu, ao final, a decretação da sua falência da autora.

É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR.

Impõe-se o acolhimento da pretensão, ante as evidências de insolvência



apresentadas pelas requerentes, que cumpriram a regra do art. 105 da Lei 11.101/05.

Por tais fundamentos, DECRETO a falência de BRASIL SUPPLY S/A, sociedade anônima de capital fechado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.124.249/0001-22, BSCO NAVEGAÇÃO S/A, sociedade anônima de capital fechado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.296.166/0001-71, BS FLUIDOS LTDA., sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.296.166/0001-71, e BS LOGISTICA LTDA., sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.325.932/0001-89, todas com sede na Avenida Rio Branco, nº 115, 20º andar, parte, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20040-004, cujos sócios são: a) LITTERA LOGÍSTICA E PARTICIPAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.662.766/0001-92, estabelecida na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 201, andar 23, sala C, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05426-100; b) VIBRA ENERGIA S/A, atual denominação de PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 34.274.233/0001-02, estabelecida na Rua Correia Vasques, 250, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ; c) CEPEMAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., inscrita sob CNPJ nº 27.725.662/0001-85, estabelecida na Av. Carlos Moreira Lima, 90 - Bento Ferreira, Vitória, ES, CEP 29050-652; e d) GERHARDT SANTOS ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 27.235.332/0001-01, estabelecida na Rua João Pessoa de Mattos, 505, Praia da Costa, Vila Velha, ES, CEP 29.101-115.

Os credores deverão apresentar à Liquidante Extrajudicial as habilitações ou impugnações de crédito, no prazo de 15 (quinze) dias após a publicação do primeiro edital com esta decisão e a relação de credores, no diário Oficial.

Ficam suspensas todas as ações e execuções contra os falidos, com a ressalva das ações que demandarem quantia ilíquida, as quais prosseguirão no juízo no qual tiverem em trâmite. Fica permitido pleitear junto ao Administrador Judicial habilitação, exclusão ou modificação de créditos, derivados da relação de trabalho, mas as ações de natureza trabalhista, inclusive as impugnações, serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito.

Fica proibida a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens do falido que dependerão de prévia autorização judicial e do Comitê, se houver, ressalvados os bens cuja venda faça parte das atividades normais do devedor, quando autorizada a continuação provisória.

Oficie-se à Junta Comercial do Rio de Janeiro para anotação junto ao registro dos



devedores da expressão “falido”, na data da quebra e da inabilitação para o exercício da atividade empresarial a partir desta sentença, até a extinção das obrigações.

Oficiem-se aos órgãos e repartições públicas e outras entidades para que informem sobre a existência de bens e direitos do falido.

Nomeio Matuch de Carvalho Advogados Associados, sediada na Rua da Assembléia, 40, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20011-000, telefone (21) 2544-0989, na pessoa do advogado Julio Matuch de Carvalho, devendo proceder à arrecadação dos bens, tão logo assine o Termo de Compromisso.

Proceda-se ao lacre do estabelecimento comercial do falido.

Publique-se o edital de notificação com a íntegra desta sentença e a relação de credores.

Cumram os sócios, em 24 (vinte e quatro) horas, as obrigações que lhes são impostas pelo art. 104 da Lei 11.101/2005, sob pena de desobediência.

Comunique, por via postal, às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, para que tomem ciência desta sentença.

Expeçam-se os ofícios de praxe e dê-se ciência pessoal ao Ministério Público.

P. I.

RIO DE JANEIRO, 25 de outubro de 2022.

ALEXANDRE DE CARVALHO MESQUITA
Juiz Titular

